

OTIMISMO FÁCIL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, Agência Interpress

Os mercados financeiros internacionais e Washington mudaram sua atitude em relação a América Latina. Do pessimismo da "década perdida" passaram para um grande otimismo. A região estaria novamente na rota do desenvolvimento econômico. O sintoma fundamental dessa mudança seriam os novos fluxos de capitais que começaram a fluir para a região. Outra indicação seria uma taxa de crescimento do PIB em 1991 de 3 por cento, assinalando, pela primeira vez nos últimos anos, uma evolução positiva da renda per capita.

Avaliações otimistas são sempre bem vindas, mas é preciso precavermo-nos contra o otimismo fácil e passageiro. Existe uma velha frase machista segundo a qual "as mulheres são volúveis". Não são, pelo menos não são mais do que os homens. Mas não há dúvida que o setor financeiro, de onde se originam agora os bom ventos, é volúvel. Seus empresários e administradores mudam de atitude, revêem suas expectativas com muito maior facilidade do que os do setor real da economia. Ao invés de trabalhar com mercadorias e máquinas, os executivos do setor financeiro lidam com dinheiro e expectativas. As expectativas são fluidas e instáveis por natureza; o dinheiro, líquido e transferível por definição. Se os fluxos financeiros tornam-se positivos para a América Latina, o otimismo dos agentes financeiros é imediato. E sua influência é hoje tão grande, que esse otimismo tende a se transferir para o resto da economia. Como o otimismo surge, entretanto, ele desaparece. Por isso é preciso perguntar quais são suas bases reais.

Estas bases, infelizmente, não são tão sólidas. As recentes quedas nos preços das bolsas na Argentina e no Brasil são uma indicação deste fato. O fluxo de capitais para a América Latina não deriva de grandes lucros, nem corresponde a grandes investimentos que estariam sendo realizados na região. O crescimento do PIB em 1991 foi muito modesto. Em 1992, se houver algum avanço, provavelmente não será significativo. Os investimentos, embora tenham apresentado alguma recuperação, continuam insatisfatórios. A dívida externa continua elevadíssima, superior a 400 bilhões de dólares. As transferências reais de recursos sem dúvida se reduziram graças

aos novos fluxos de capitais. Mas o ônus relativo ao pagamento de juros continua pesado.

A principal explicação para o fluxo de capitais não está na saúde da economia latino americana, mas na sua doença - no fato de que o preço das ações de suas empresas nas bolsas de valores continua muito deprimido, atraindo os investidores estrangeiros a partir do momento em que elas foram abertas para o exterior, e principalmente na vigência na região de taxas de juros extremamente altas, quando comparadas com as baixíssimas taxas de juros existentes hoje nos países desenvolvidos. A recessão internacional e a baixa da taxa de juros provocaram um grande aumento da liquidez internacional. Uma parte marginal dessa liquidez sente-se naturalmente atraída pelas taxas de juros reais vigentes internamente nos países da América Latina. Dadas essas taxas os bancos internacionais não têm dificuldade em cobrar spreads elevadíssimos de seus clientes latino-americanos.

Ora, taxas de juros anormalmente elevadas são sinais de doença, não de prosperidade. São sinal de que internamente a economia não está efetivamente estabilizada, de que o Estado continua com um grave problema fiscal, de que nem o governo nem os agentes econômicos do setor real recuperaram o crédito, de que nem o problema da dívida interna nem o da externa não foram satisfatoriamente resolvidos, de que os investimentos, o nível de emprego e os salários continuam prejudicados.

Visto a questão sob esse ângulo, o otimismo em relação a América Latina assume um caráter perverso, na medida em que deriva do fato de que seus econômicos problemas reais não foram ainda satisfatoriamente resolvidos. Altas taxas de juros são particularmente uma indicação de que o modelo de negociação da dívida externa seguido inicialmente pelo México e depois reproduzido na Venezuela, na Argentina e no Brasil, não representou uma vitória para esses países; traduziu apenas o reconhecimento de uma derrota, a aceitação de que os ônus do ajustamento devem cair sobre eles.

Essa derrota, entretanto, tornou-se inevitável a partir do momento em que o México aceitou a modesta redução de sua dívida, em agosto de 1989, e a partir de 1991 passou a apresentar sinais positivos de recuperação de sua economia. Quando isto ocorreu, as elites dos países credores, que antes estavam divididas em torno do problema da dívida, unificaram-se, entenderam que o Plano Brady o resolvera satisfatoriamente. Ora, com as elites dos países centrais unidas o poder de barganha dos demais países latino-americanos reduziu-se. Eles não tiveram outra alternativa senão realizar negociações semelhantes a mexicana.

O que é irônico nesta estória é o fato de que o bom desempenho do México deveu-se muito menos a negociação da dívida, e muito mais ao ajustamento fiscal ortodoxo, a redução drástica dos salários e do consumo, a estabilização heterodoxa em dezembro de 1987, e as reformas estruturais orientadas para o mercado. A negociação

da dívida foi posterior a essas reformas que o México já realizara com grandes sacrifício para sua população. As elites econômicas e intelectuais nos países credores, porém, ficaram satisfeitas com o bom desempenho do México. Relacionaram equivocadamente esse bom desempenho com os fluxos de capitais que o país passou a receber a negociação da dívida externa. E consideraram assim encerrada esta questão.

Entretanto, se é preciso descrever do otimismo fácil, é necessário também não se entregar a um pessimismo imobilizador. Os progressos reais são ainda muito pequenos na América Latina, a negociação da dívida externa foi insatisfatória, mas, em compensação, o ajustamento fiscal e as reformas estruturais orientadas para o mercado estão avançando em todos os países. As poucas as populações vão se dando conta de que não lhes resta outra alternativa senão combater elas próprias a crise fiscal que paralisa o Estado, realizando as reformas estruturais que permitam uma alocação mais eficiente de recursos e a definição de uma nova estratégia de desenvolvimento. Por isso acredito que afinal esta crise será superada. As dificuldades políticas e econômicas, entretanto, continuarão grandes, porque os custos das reformas e do ajuste continuarão altos e mal distribuídos.